



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 14491/2017

Altera A Lei 9.655 de 16 de Dezembro de 2013 que dispõe sobre a Taxa de Licenciamento Ambiental para incluir os demais serviços ambientais e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono:

Art. 1º Ficam alterados os seguintes artigos da Lei Municipal nº 9.655/2013:

Art. 1º. Fica criada a taxa ambiental municipal, que tem como fato gerador o exercício regular do Poder de Polícia da Administração Pública Municipal nas diversas fases e procedimentos do licenciamento ambiental, de empreendimentos ou atividades no âmbito do Município de Maringá, considerados efetiva ou potencialmente causadores de poluição local, bem como, demais serviços técnicos ambientais. (NR)

Parágrafo Único - São considerados sujeitos passivos da taxa ambiental municipal todas as pessoas físicas ou jurídicas que necessitem dos serviços descritos no caput deste artigo. (NR)

Art. 2º. A base de cálculo da taxa ambiental é o custo do serviço, considerando-se as análises, projetos, vistorias *in loco* e emissão de documentos e o seu valor é apurado mediante a aplicação dos valores constantes da tabela anexa, com reajustes anuais, com base no IPCA – 15. (NR)

Art. 3ª. (...)

§ 1º - Os serviços ambientais que também dependerão do pagamento de taxa são: (renumerado pela lei...)

I – Vistorias técnicas; (NR)

II - Análise de Estudos, Projetos e Laudos Ambientais; (NR)

(...)

Art. 4º. A taxa ambiental municipal terá como base de cálculo, conforme o caso: (NR)

I - o porte do empreendimento; (incluído)

II – o potencial poluidor do empreendimento ou atividade; (incluído)

III – a área total do imóvel objeto de análise ou vistoria; (incluído)

§ 1º - Os critérios e valores para o cálculo da taxa ambiental municipal estão estabelecidos no Anexo I desta Lei. (incluído)

§ 2º – O potencial poluidor de uma atividade ou empreendimento será considerado a depender da quantidade e características físicas dos resíduos gerados; (incluído)

§ 3º - Para os efeitos do Parágrafo segundo, considera-se pequeno potencial poluidor os empreendimentos que gerem apenas uma tipologia de resíduos de acordo com suas características físicas; considera-se médio potencial poluidor empreendimentos que gerem mais de uma tipologia de resíduos, segundo suas características físicas.(incluído)

§ 4º – Considera-se empreendimentos de pequeno porte, nos termos deste Artigo, aqueles com área total de até 1.000m², de médio porte, com área total de 1001m² a 5.000m² e de grande porte, acima de 5000 m².(incluído)

§ 5º – Para fins de fixação do valor da taxa de vistoria dos empreendimentos imobiliários, das Autorizações Ambientais para movimentação de terra, depósito de resíduo da Construção Civil e Demolição, manutenção de estradas, da Autorização de Intervenção Florestal, das atividades agropecuárias, silviculturais, de saneamento e infraestrutura e dos empreendimentos de comércio ou serviços licenciados na fase de concepção ou localização, independente da mobilidade da licença, considerar-se-á sempre a área total do imóvel objeto de análise, nos termos do estabelecimento do Anexo I desta resolução. (incluído)

Art. 2º Ficam incluídos os seguintes artigos, parágrafos e incisos na Lei Municipal nº 9.655/2013:

Art. 3º (...)

VI – Licença Ambiental Unificada – LAU;

VII – Autorização de Intervenção Florestal – AIF.

VIII – Licença Prévia para Empreendimentos Imobiliários;

IX – Licença de Instalação para Empreendimentos Imobiliários;

X - Licença Simplificada para Empreendimentos Imobiliários.

Art. 4º-A. O comprovante do pagamento da taxa ambiental será necessário para protocolo do pedido de serviço técnico ambiental, de Licença ou de Autorização ambiental. (incluído)

§ 1º – No caso de pedido protocolado em outra Secretaria, o serviço ambiental somente será executado pelos técnicos da SEMA, após o recolhimento da taxa correspondente, pelo interessado.

§ 2º – Estudos Ambientais a cargo de outras Secretarias, dependerão para fins de protocolo, da juntada do comprovante do recolhimento da respectiva taxa ambiental. incluído

Art. 4º-B. Preliminarmente, para a emissão da Taxa Ambiental serão considerados:

I – No caso de licenças e Autorizações Ambientais, o custo do serviço de análise dos estudos e projetos exigidos em cada caso; o custo da vistoria e a emissão do documento de licença;

II - No caso de Certidões e Declarações, o custo da vistoria técnica, se houver e o valor da emissão do documento;

III – No caso de vistorias ambientais para fins diversos, o custo da vistoria, nos termos do Anexo I desta Lei e a elaboração do Laudo ou Parecer técnico;

IV – No caso de protocolo de projetos, estudos, laudos, para fins diversos do Licenciamento Ambiental, o custo do serviço da análise técnica estabelecido para cada estudo, projeto ou laudo e o custo da realização de vistoria *in loco*, se houver.

§ 1º - Os valores estabelecidos neste artigo serão devidos no ato do protocolo do pedido do serviço ambiental pelo interessado e sem o pagamento dos mesmos, o processo não será iniciado.

§ 2º – No caso de ser necessária, a avaliação de projetos complementares, reanálise de projetos ou estudo e/ou vistorias complementares, será devido o pagamento de taxa complementar, de acordo com planilha de serviços elaborada pelo técnico responsável, no ato de emissão da Licença, sendo que esta ficará condicionada ao pagamento da taxa complementar.

§ 3º - Os valores correspondentes a cada serviço especificado neste artigo estão discriminados na tabela anexa e serão corrigidos anualmente de acordo com o IPCA 15.

§ 4º – No caso de solicitação pelo interessado de outros serviços ambientais não especificados neste artigo, os mesmos serão calculados nos termos do previsto no art. 4º combinado com o Anexo I desta Lei.

Art. 4-C. Poderão ser dispensados da cobrança das taxas de que trata esta Lei, a critério da SEMA, em procedimento administrativo próprio e com ratificação do Secretário Municipal do Meio Ambiente: (incluído)

I – empreendimentos ou atividades consideradas de utilidade pública ou interesse social, a cargo de Entidades, Associações ou demais Organizações sem fins lucrativos, cadastradas pela Secretaria de Assistência Social;

II – pedidos de vistoria ou Certidões, Declarações, Laudos ou Pareceres, exclusivamente à Pessoas Físicas, para garantia de Direitos, desde de que comprovada situação de hipossuficiência.

III – outras situações contidas em legislação esparsa.

Parágrafo único – A comprovação de hipossuficiência de que trata do inciso II deste artigo, se dará, com o comprovante de inscrição do interessado nos programas sociais do governo federal, estadual e/ou municipal ou com Laudo emitido pela Secretaria de Assistência Social do Município atestando esta condição.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes artigos da Lei Municipal nº 9.655/2013:

Art. 5º. Revogado.

Art. 6º. Revogado.

Art. 7º. Revogado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Silvio Magalhães Barros, 29 de novembro 2017.

ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
PREFEITO MUNICIPAL

EDERLEI RIBEIRO ALKAMIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E BEM ESTAR ANIMAL

ANEXO I

TABELA DE COMPOSIÇÃO DE VALORES PARA COBRANÇA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS¹

| TODOS OS EMPREENDIMENTOS SUJEITOS A LICENCIAMENTO AMBIENTAL COM EXCEÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS | | |
|---|---|--|
| POTENCIAL POLUIDOR → | PEQUENO | MÉDIO |
| PORTE ↓ | (empreendimentos com geração apenas de resíduos sólidos e esgoto sanitário) | (empreendimentos com geração de resíduos sólidos, esgoto sanitário + emissões atmosféricas e/ou efluentes líquidos não domésticos) |
| PEQUENO (até 1.000 m ²) | R\$ 48,00 | R\$ 73,00 |
| MÉDIO (entre 1.001 e 5.000 m ²) | R\$ 73,00 | R\$ 96,00 |
| GRANDE (acima de 5.001 m ²) | R\$ 96,00 | R\$ 144,00 |

VISTORIA TÉCNICA PARA LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E INTERVENÇÃO (A):

- a. Até 5.000 m² da área - R\$ 96,00
- b. De 5.001 m² até 1,0 hectares de área - R\$ 144,00
- c. De 1,0 hectares de área a 2,0 hectares - R\$192,00
- d. Acima de 2,0 hectares - R\$ 192,00 + R\$ 48,00 a cada 0,5 *há* de área adicional
- e. Nos casos de Intervenção Florestal pontual² em imóvel urbano de até 1.000m² - R\$ 48,00

ANÁLISE TÉCNICA (B)

MAPA PLANIALTIMÉTRICO COMPLETO - R\$ 96,00

PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos (serviços, comércio, indústria e saúde,) – R\$ 96,00

PGRCC - Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – R\$ 96,00

PAC - Plano Ambiental de Construção Civil – R\$ 144,00 (PGRCC Já Incluso)

PCPA SIMPLIFICADO - Plano de Controle de Poluição Ambiental Simplificado – R\$ 96,00

PCPA COMPLETO - Plano de Controle de Poluição Ambiental Completo – R\$ 192,00

Plano de Arborização Urbana – R\$ 96,00

Plano Básico Ambiental – R\$ 192,00

Plano de Controle Ambiental – R\$ 384,00

Relatório Ambiental Prévio – R\$384,00

Projeto de Tratamento de Efluentes – R\$ 96,00

Projeto Executivo Preliminar – R\$ 48,00

Projeto de Tratamento Acústico – R\$ 96,00

Proposta Técnica Ambiental – R\$ 96,00

Projeto de Intervenção Florestal- R\$ 96,00

Projeto de Emissão Gasosa – R\$ 96,00

Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas - R\$ 96,00

Demais projetos e estudos ambientais - (de acordo com a definição de análise estabelecida pelos técnicos do órgão ambiental considerando-se quantidade de técnicos envolvidos na análise e de horas despendidas na análise)

EMIÇÃO DO DOCUMENTO (C) – R\$ 20,00

FÓRMULA PARA CÁLCULO DA TAXA INICIAL: (A) + (B) + (C)

FÓRMULA PARA CÁLCULO DA TAXA DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS E DECLARAÇÕES AMBIENTAIS: (A) + (C)

CERTIDÃO

Certifico a criação do documento Projeto de Lei nº 14.491/2017, de autoria do Poder Executivo, cujo conteúdo foi encaminhado a esta Casa de Leis por email, para fins de numeração desta proposição legislativa e tramitação eletrônica.

Antonio Mendes de Almeida - Seção de Arquivo e Informações



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Mendes de Almeida, Assistente Legislativo**, em 07/12/2017, às 17:50, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0074115** e o código CRC **E6309AF5**.
